

42 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DE GUINÉ-BISSAU: UMA CONDIÇÃO NECESSÁRIA, MAS INSUFICIENTE.

Universität Basel, Afrika-Bolletin, n° 160, nov.dez 2015

Ricardino Jacinto Dumas Teixeira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Professor Adjunto do Instituto de Humanidades e Letras
Avenida da Abolição, n°03 – Centro – CEP: 62.790000 – Redenção/CE.
ricardino@unilab.edu.br

RESUMO EXPANDIDO

Não foi fácil iniciar este texto, centrado nos sentidos das independências africanas, em especial, no sentido que assumiu na Guiné-Bissau a partir das formulações teórico-metodológicas de Amílcar Cabral. Eu pensei inicialmente em exaltar, em bom-tom, o meu patriotismo guineense, africano, condenar o Ocidente europeu pela escravidão, pela colonização, pelo ajustamento estrutural e pela democracia liberal “imposta” ao Continente como fatores responsáveis pela não concretização de todas as metas que nortearam os ideais da luta pela independência nacional. Essas políticas, como sabemos, criaram assimetrias e negaram o desenvolvimento integral da sociedade guineense e das sociedades africanas como um todo. Depois pensei por que não seguir em outra direção, pois já se falou e se escreveu muito sobre o colonialismo. Portanto, eu escolhi olhar meu país de dentro, a partir de minha trajetória pessoal. Como guineense da geração pós-independência, sem uma ligação ideológica e política direta com o partido que lutou pela independência (PAIGC, atualmente governo), entendo que é chegada a hora de assumirmos as nossas responsabilidades como cidadãos nacionais, na Guiné e na diáspora, debatendo os nossos desafios contemporâneos de forma mais responsável, corajosa, honesta, autônoma e crítica a partir de nossas trajetórias pessoais e coletivas, enquanto indivíduos marcados pelos ideais que fundamentaram a independência. Eu acreditava que os ideais que norteavam a independência seriam pouco a pouco alcançados através de trabalho, o que ficou denominado de *trabalho produtivo*, e que vigorou até os princípios dos anos de 1980, na Guiné. Em todo caso, havia pouca margem de autonomia individual e visões contrárias aos princípios ideológicos dos dirigentes do PAIGC, devido, primordialmente, à lavagem cerebral que era imposta aos jovens através de *formação militante* (de tradição marxista-leninista). Não obstante o forte engajamento das massas nos *trabalhos produtivos*, que levaria à transformação social, a juventude da geração pós-independência sentiu-se traída. Muitos dos meus colegas falaram até em ingratidão. O *slogan* da “democracia revolucionária”, da “unidade e luta”, do “progresso” e do “desenvolvimento”, apregoado pelos novos dirigentes, começou-se a perder sentido. Os “revolucionários” não conseguiram assumir as responsabilidades inerentes ao exercício de cargo público. As condições sociais e materiais de jovens, de mulheres e de crianças regrediram progressivamente. A teoria de “suicídio de classe”, formulação da ação política de Amílcar Cabral, considerado o fundador da nacionalidade guineense e cabo-verdiana, não foi incorporada pela elite pós-independência. Até esse período, marcado pela ideologia revolucionária, à semelhança de muitos países africanos,

a Guiné-Bissau não conseguiu superar os constrangimentos e os vícios decorrentes do exercício do poder político. Mesmo diante de dificuldades materiais e educacionais, eu pensava que essa relação de promiscuidade política na relação entre os dirigentes e o povo seria superada, principalmente, com a promessa de liberalização do mercado nacional ao capital externo patrocinado pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), nos finais dos anos de 1970 e princípios da década de 1980 em diante. Havia muita expectativa, cujas promessas e contornos ainda hoje testemunhamos na Guiné-Bissau. Era quase a mesma euforia que se deu quando ocorreu a independência da Guiné-Bissau. Com a abertura do mercado guineense ao capital internacional e sub-regional, eu achava que quem tivesse francês fluente teria maiores condições de competir no mercado de emprego com adesão plena do país à Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), do qual também fazem parte 15 países do Oeste da África Ocidental (Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Libéria, Senegal, Mali, Níger, Nigéria Serra Leoa e Togo, incluindo Guiné-Bissau). Mas o francês se restringia a uma elite. Somando-se a isso, os sucessivos conflitos internos, misturados com golpes de estado fez com que, na Guiné-Bissau, nenhum governo ou presidente democraticamente eleito, via eleição direta, conseguisse terminar o seu mandato constitucionalmente assegurado, desde que o país entrou no caminho da democracia em 1994, há mais de duas décadas. Nessa forma de fazer política se revela a persistência de certas formas paternalistas de conceber o estado, o partido e o governo. Há, ainda, questões de ordem cultural, não menos importantes. Os problemas não resolvidos de luta armada de libertação deixaram problemas sérios ao país com os sucessivos golpes de estado. Os militares exercem uma influência muito forte na política doméstica. Apesar dos desafios, que não são poucos, a Guiné-Bissau continua a fazer o seu percurso. São desafios que, naturalmente, os países europeus, latino-americanos e asiáticos enfrentaram e ainda enfrentam, ao longo da sua história social e política. Falar dos desafios atuais da Guiné-Bissau, não significa reforçar o sentimento de derrota, de 'afro-pessimismo'. Significa assumir nossas responsabilidades e perspectivar o futuro, de forma realista, sem complexos. Falar em independência significa denunciar más práticas, acreditar no futuro, conhecer nossas fraquezas e capacidades para gerar a mudança social. A independência de Guiné-Bissau cumpriu sua função ideológica e política num contexto mais amplo das independências africanas. Isso foi uma condição necessária, mas não suficiente. Resta-nos, portanto, ampliar o acesso aos direitos sociais. Esforçarmo-nos por viabilizar o cumprimento de direitos ao acesso à educação de qualidade, à saúde, à responsabilização individual de cada cidadão nos assuntos de interesse público. Isso deve ser ampliado, na construção de uma sociedade livre e democrática. A independência significa prestação de conta pública em vista à viabilização da transparência e credibilidade do governo e do estado. Ela pressupõe à luta pelos direitos sociais e direito à diferença e ao reconhecimento, em seu sentido mais amplo. Como dizia Amílcar Cabral, *as pessoas não lutam por ideias. Elas lutam por vantagens para assegurar o porvir de suas crianças*. É esta Guiné-Bissau que desejo, um desejo singelo de um povo que conquistou à sua independência, consciente de suas responsabilidades e de seus desafios contemporâneos.

Palavras-chave:

África. Colonialismo. Luta de libertação. Independência. Liberalização.